



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete da Deputada Federal Luizianne Lins

REQUERIMENTO Nº DE - CMCVM

Sra Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 3º, inciso III e V, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2014, **aditar o RQN 4/2026**, incluir convidada para participar da audiência pública sobre a **Violência contra Mulheres Negras e Indígenas**, com foco na interseccionalidade da opressão e na necessidade de políticas públicas específicas.

JUSTIFICAÇÃO

Os dados de violência de gênero demonstram que mulheres negras e indígenas são as mais vulneráveis, sofrendo com a sobreposição do machismo e do racismo estrutural. A audiência visa identificar as lacunas nas políticas atuais e propor ações que reconheçam e combatam a violência sob a ótica da interseccionalidade.

A necessidade desta audiência é corroborada pelo Atlas da Violência 2024, que aponta que a taxa de homicídios de mulheres negras é substancialmente superior à de mulheres não negras, revelando a seletividade da violência.

A análise dos dados de violência letal no Brasil revela uma face cruel da seletividade da proteção estatal: enquanto as taxas de homicídio de mulheres não negras apresentam tendências de estabilidade ou queda, os índices entre mulheres negras e indígenas seguem em trajetória ascendente. Dados de 2024 e 2025 indicam que cerca de 68% das vítimas de feminicídio no Brasil são mulheres negras, o



que demonstra que a violência de gênero não é um fenômeno universal, mas sim profundamente atravessado pelo racismo estrutural. A interseccionalidade, portanto, não é apenas um conceito teórico, mas uma ferramenta indispensável para identificar por que as políticas de segurança pública falham em alcançar os territórios periféricos e as comunidades tradicionais, onde a sobreposição de opressões de raça, classe e gênero cria um cenário de vulnerabilidade extrema.

Além disso, a violência contra mulheres indígenas possui contornos específicos ligados à disputa por territórios e à ausência de delegacias especializadas em regiões remotas. Relatórios recentes apontam que a violência sexual e o feminicídio em territórios indígenas são frequentemente subnotificados devido a barreiras linguísticas e à falta de protocolos de atendimento que respeitem as especificidades culturais.

Discutir a interseccionalidade na CMCVM é, portanto, um imperativo para o cumprimento da Convenção de Belém do Pará e das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), exigindo que o Estado brasileiro transponha a "neutralidade" das leis e implemente ações afirmativas na rede de proteção que garantam o direito à vida de todas as mulheres, sem exceção.

Nesse contexto, atualizamos a relação de convidadas para conhecer os dados do feminicídio e os desafios que se apresentam para garantir a efetividade da lei.

1. Ministra da Igualdade Racial
2. Ministra dos Povos Indígenas
3. Wania Sant'Anna - Historiadora e pesquisadora do Ibase. Uma das maiores autoridades em estatísticas de violência contra mulheres negras no Brasil.



4. Sueli Carneiro - Coordenadora do Geledés - Instituto da Mulher Negra. Referência na articulação entre direitos humanos, raça e gênero.
5. Carla Akotirene - Militante antirracista, pesquisadora e intelectual ativista em gênero e raça, autora e colunista no tema movimento negro, racismo, feminismo negro, segurança pública e sistema de Justiça no Brasil.
6. Lívia Sant'Anna Vaz - Promotora de Justiça do MP-BA e especialista em combate ao racismo institucional no sistema de justiça.
7. Puyr Tembê - Secretária dos Povos Indígenas do Pará e liderança da ANMIGA (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade).
8. Lúcia Xavier: Coordenadora da ONG Criola. Referência histórica na defesa dos direitos reprodutivos e do combate à violência contra mulheres negras.
9. Valdecir Nascimento: Coordenadora da Rede de Mulheres Negras do Nordeste e uma das organizadoras da Marcha das Mulheres Negras.
10. Mônica Lima Mura: Liderança do Coletivo Matriarcado Ancestral.

Sala da Comissão, 24 de fevereiro de 2026.

Deputada Luizianne Lins
(PT - CE)
Presidente da Comissão Permanente Mista
de Combate à Violência contra a Mulher

